

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.496 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 14 DE MAIO DE 2002

Lobão pede à Executiva do PFL que reveja posição sobre CPMF

Senador quer evitar que partido seja responsabilizado por atraso no exame da proposta e pretende manifestar sua posição hoje a Jorge Bornhausen e José Agripino. Líder do PSDB no Senado, Geraldo Melo considera “irresponsabilidade” possível adiamento da votação para setembro e adverte que beneficiários de programas sociais serão prejudicados.

PÁGINA 7



Caso as MPs sejam votadas, os senadores poderão analisar as demais propostas da ordem do dia, como o projeto que visa impedir o uso de telefones celulares pré-pagos para fins criminosos

Plenário deve votar hoje três medidas provisórias

PÁGINA 3

Bolsa de estudo poderá ser regulamentada

Dois projetos que regulamentam a concessão do benefício devem ser analisados hoje pela Comissão de Educação do Senado.

PÁGINA 4

Mozarildo solicita informações sobre coleta de sangue de índios

PÁGINA 5

Senadores discutem com STF intervenção em estados

Pedidos decorrentes do descumprimento de norma constitucional sobre precatórios estão na pauta de audiência com o presidente do STF.

PÁGINA 3

CI estuda projetos que mudam Plano Nacional de Viação

Mudanças no Plano Nacional de Viação (PNV) são propostas em cinco dos 15 itens da pauta da reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) marcada para as 14h30 de hoje. Também serão analisados cinco requerimentos para realização de audiências públicas nas áreas de transportes e energia elétrica, além de dois projetos relativos à fixação do horário de verão.

Apresentados pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), dois projetos alteram o PNV para modificar o traçado da BR-080, incluindo novamente Mato Grosso no percurso dessa rodovia, e da BR-242, para atender à porção ocidental do estado. As outras propostas foram apresentadas pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR) e prevêem a criação de três rodovias em Roraima: a BR-438, com 71 quilômetros de extensão, a BR-439, com 180 quilômetros, e a BR-440, com 150 quilômetros.

Quanto aos requerimentos referentes ao setor de transportes, pretendem suscitar esclarecimentos sobre ampliação e melhoramento dos aeroportos, situação das rodovias federais e adicional tarifário para linhas aéreas regionais suplementadas. Já as discussões na área energética devem abordar a implantação de usinas termelétricas e o programa de cisão das empresas elétricas do sistema Eletrobrás – Chesf, Furnas e Eletronorte.

Em relação ao horário de verão, a CI deve examinar parecer favorável do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) a projeto do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que veda a implantação desse horário nos estados de Goiás e Tocantins e no Distrito Federal. A matéria recebeu voto em separado do senador Geraldo Melo (PSDB-RN), adotado também pelo senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), defendendo sua rejeição. Também conta com parecer pela aprovação projeto da Câmara que estabelece, em caráter permanente, as datas e regiões que terão horário de verão.

Comissão de Orçamento vai escolher novo presidente

Por acordo de lideranças, o PFL deverá ocupar a presidência, com o deputado José Carlos Aleluia, e o PMDB, a relatoria, com o senador Sérgio Machado

A Comissão Mista de Orçamento reúne-se amanhã, a partir das 10h, para eleger e instalar sua nova mesa diretora. Por acordo entre as lideranças dos partidos majoritários, estão sendo indicados para assumir a presidência da comissão o deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), e a relatoria, o senador Sérgio Machado (PMDB-CE). Os nomes dos novos integrantes da mesa diretora e dos parlamentares que comporão a comissão deverão ser oficialmente divulgados após a reunião.

O atual presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), deverá, após a eleição, fazer um relato da sua atuação, com destaque para o rigoroso cumprimento dos prazos para análise, discussão, elaboração dos pareceres, votação e encaminhamento ao Plenário das principais peças orçamentárias examinadas pela CMO, em especial a Lei de Orçamento Anual referente a 2002, o Programa Plurianual de Investimentos (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).



Sérgio Machado deve ser o novo relator da Comissão Mista de Orçamento

mentárias (LDO).

Para Carlos Bezerra, a CMO é a mais importante comissão do Congresso, uma vez que cabe a ela discutir a essência de toda a programação do Poder Executivo, acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos na esfera federal e definir as normas para a liberação do dinheiro público.

ATUAÇÃO

A nova mesa deverá iniciar nos próximos dias o exame de várias propostas de mudanças da sistemática de atuação da CMO, uma delas feita pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, e pelo ex-ministro do Planeja-

mento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares. Eles sugeriram que haja dois relatores para a proposta de Orçamento da União – um para as Receitas e outro para as Despesas.

O deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), ex-presidente da CMO, acha até mesmo que a votação deve ocorrer de forma separada – uma para o parecer dado às Receitas, outro para as Despesas. O objetivo da proposta é deixar bem caracterizado que as demandas sobre as despesas não podem atropelar as previsões de receitas – observa o parlamentar.

Audiência avalia retomada das obras do TRT-SP

O cronograma das obras do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP) e as condições para sua conclusão são o tema de audiência pública a ser realizada amanhã, a partir das 13h30, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (CMO).

As obras do fórum foram objeto de desvios de recursos públicos da ordem de R\$ 169 milhões, identificados pela CPI do Judiciário, o que levou à abertura de inquéritos e de processos que resultaram na prisão de várias pes-

soas, entre elas o juiz Nicolau dos Santos Neto, ex-presidente do TRT-SP (2ª Região).

Foram convidados para a audiência pública na CMO o ex-presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Almir Pazzianotto; o atual presidente do TRT-SP, juiz Francisco Antônio de Oliveira; o diretor administrativo do TRT-SP, César Augusto Gilil; o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Rubens Approbato Machado; o secretário-geral da OAB-SP, Valter Uzzo; e o engenheiro-mas-

ter e coordenador da equipe de engenharia do Banco do Brasil, Joaquim Andrade Filho, além de um representante do Tribunal de Contas da União (TCU), ainda a ser indicado.

Hoje, às 14h30, a CMO examina dois pareceres: um, do deputado Santos Filho (PFL-PR), recomenda a rejeição de mudança nos adendos das emendas coletivas do estado de Alagoas no Orçamento da União de 2002; o outro, do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), relativo aos relatórios de atividades do TCU, é pelo arquivamento.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 14 DE MAIO DE 2002

PLENÁRIO

14h30 – Sessão deliberativa ordinária
Pauta: MP nº 31/02, abre crédito extraordinário de R\$ 209,6 milhões em favor da Presidência da República e dos Ministérios de Minas e Energia, do Esporte e Turismo e da Integração Nacional; MP nº 32/02, prorroga a autorização de que trata a Lei nº 10.309/01, sobre a assunção pela União de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de empresas aéreas brasileiras; MP nº 34/02, abre crédito extraordinário aos Ministérios de Minas e Energia e da Integração Nacional, no valor de R\$ 805 milhões; quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 42/00, dá nova redação ao artigo 217 da Constituição, para vedar a recondução dos dirigentes de entidades de administração do desporto por mais de um período consecutivo; terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 1/01, determina limites para gastos com a publicidade de obras governamentais; segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 8/01, altera a redação do inciso IV do artigo 52 da Constituição, para incluir chefes de missões diplomáticas de caráter transitório entre as autoridades cuja escolha é aprovada previamente pelo Senado; primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 19/02, acrescenta o art. 84 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, incorporando os policiais militares do extinto território federal de Rondônia aos quadros da União; PLS nº 105/02, dispõe sobre cadastramento de usuários de telefones celulares pré-pagos; PDLs que autorizam serviços de radiodifusão comunitária; PDLs que outorgam permissões para serviço de radiodifusão sonora; e requerimento da senadora Emília Fernandes, solicitando que, sobre o PLS 16/01, seja ouvida também a Comissão de Assuntos Sociais.

COMISSÕES

10h – Comissão de Assuntos Econômicos. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19
11h30 – Comissão de Educação. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 15
14h – Comissão da Crise de Energia. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3
14h30 – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 13
14h30 – Comissão de Revitalização do Rio São Francisco. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 15
14h30 – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Plenário nº 02 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados
17h – Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 13
17h30 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 7
18h – Comissão de Assuntos Sociais. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9
18h – Comissão Mista destinada a examinar a MP nº 2.151-3, que regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Presidente do STF discute pagamento de precatórios

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio Mello, deverá comparecer hoje à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a partir das 10h, para discutir os inúmeros pedidos de intervenção federal nos estados e no Distrito Federal em razão de alguns governadores terem descumprido a Constituição no que se refere ao pagamento de precatórios de natureza alimentícia.

A vinda do presidente do STF à CAE foi decidida pela comissão com base em requerimento apresentado pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Heloísa Helena (PT-AL). Na audiência de hoje, serão discutidos, também, os termos do substitutivo do senador Romeu Tuma (PFL-SP) a projeto de lei da Câmara que autoriza a utilização de metade dos depósitos judiciais e extrajudiciais a fim de garantir o pagamento daqueles precatórios.

De acordo com o substitutivo de Tuma, os depósitos judiciais e extrajudiciais, em dinheiro, de valores referentes a tributos, mesmo que inscritos em Dívida Ativa, inclusive seus acessórios, serão efetuados em estabelecimento oficial dos estados e do Distrito Federal ou, na sua ausência, em instituição financeira oficial da

União. Metade desses recursos, depositados a partir de 1º de janeiro de 2001, será transferida em 48 horas para a conta dos governos locais, após destinação de 20% para um fundo estadual, específico, que será criado para garantir liquidez imediata aos contribuintes que ganhem as causas na Justiça, contra a cobrança estadual. Os governadores somente poderão utilizar-se dos recursos para o pagamento de precatórios de créditos alimentícios.

Ainda segundo prevê o substitutivo, no caso de o contribuinte ganhar a demanda judicial, o dinheiro por ele depositado será devolvido em 24 horas, corrigido pela taxa de juros Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia), fixada pelo Banco Central para a remuneração dos títulos públicos federais (essa taxa, atualmente, é de 18,5% ao ano).

No substitutivo, Tuma rejeitou duas emendas apresentadas ao projeto: uma de Paulo Hartung (PSB-ES), que pretendia incluir também os municípios no alcance da nova legislação; e outra de Paulo Souto (PFL-BA), que visava ampliar o benefício também para os precatórios de natureza patrimonial, no caso de sobra de recursos, após o pagamento dos precatórios de natureza alimentar.

Parlamentares analisam relatório sobre energia

A Comissão Mista Especial da Crise Energética reúne-se hoje, a partir das 14h, para discutir e votar o relatório final que será apresentado pelo senador Paulo Souto (PFL-BA). Criada para estudar as causas e apresentar soluções para a crise energética do país, a comissão é presidida pelo deputado Márcio Fortes (PSDB-RJ).

Segundo Paulo Souto, relator da comissão, o relatório, além de focalizar as questões do preço da energia elétrica e da privatização das empresas estatais de geração, também apresenta muitas recomendações. Embora outras fontes de geração de energia elétrica sejam mais caras, o relator acredita que é preciso encontrar meios de ampliar a matriz energética no Brasil. Todos os países do mundo estão investindo nisso e o Brasil precisa fazer o mesmo, disse.

A comissão debateu o racionamento com especialistas e autori-



Paulo Souto é o relator da comissão que busca soluções para crise de energia

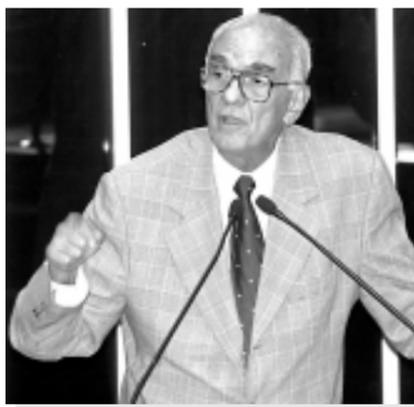
dades ao longo do segundo semestre de 2001. Entre os convidados, compareceram o presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), José Mario Abdo; o ex-secretário de Energia do Ministério de Minas e Energia Peter Greinner; o diretor da organização não-governamental Ilumina, Roberto Pereira; e o professor da Universidade de São Paulo (USP) Ildo Sauer.

Senado deve votar MPs para desobstruir pauta

Se o Plenário decidir hoje sobre três medidas provisórias, poderá analisar propostas como a que dificulta uso de celular por criminosos

O Senado deve votar hoje três medidas provisórias (MPs) que passam a obstruir a pauta do Plenário se não forem examinadas. Duas delas abrem créditos extraordinários aos Ministérios de Minas e Energia, da Integração Nacional e do Esporte e Turismo. A terceira medida define a responsabilidade civil da União, perante terceiros, no caso de atentados terroristas ou atos de guerra contra aviões nacionais. Caso as MPs sejam votadas, os senadores poderão analisar os demais itens da ordem do dia, como o projeto de lei que pretende impedir o uso dos telefones celulares pré-pagos para fins criminosos.

Encaminhada pela Comissão Mista de Segurança Pública, a proposição estabelece que as pres-



Roberto Saturnino quer limite para gastos com publicidade de obras governamentais

tadoras de serviços de telecomunicações na modalidade deverão manter cadastro atualizado dos usuários, com nome, endereço, número de documento de identidade, no caso de pessoa física, ou do CGC (Cadastro Geral do Contribuinte), na hipótese de pessoa jurídica.

Os senadores devem discutir

também hoje quatro propostas de emenda à Constituição (PEC), todas em primeiro turno. Uma delas, do senador Roberto Saturnino (PT-RJ), determina a fixação de limites para os gastos com publicidade de obras governamentais. Outra, de Osmar Dias (PDT-PR), inclui os chefes de missões diplomáticas de caráter transitório, incumbidas de determinadas funções, entre as autoridades cuja escolha é aprovada previamente pelo Senado. A terceira, de autoria do presidente da República, acrescenta dispositivo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para incorporar os policiais militares do extinto território federal de Rondônia aos quadros da União. A quarta PEC a ser debatida, de Maguito Vilela (PMDB-GO), visa a impedir a recondução dos dirigentes de entidades de administração do desporto por mais de um período consecutivo.

Fiscalização de remédios em debate na CAS

O diretor de Medicamentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Luiz Felipe Moreira Lima, comparece hoje à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para prestar esclarecimentos sobre a atuação do órgão na fiscalização dos remédios à venda no país. A reunião está marcada para as 18h e o requerimento para a realização da audiência pública foi apresentado pelo

senador Tião Viana (PT-AC).

A CAS decidiu convidar Luiz Felipe Moreira Lima após ele próprio ter afirmado, em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, que os grandes laboratórios de medicamentos conseguem impor seus interesses junto ao governo federal. No ano passado, o diretor de Medicamentos da Anvisa chegou a admitir também, em depoimento na Comissão de Fiscalização e

Controle (CFC) do Senado, que o órgão era um autêntico "balcão de negócios".

Para Tião Viana, que é médico, o depoimento na CAS do diretor de Medicamentos da Anvisa permitirá à comissão verificar se existem falhas na legislação e propor medidas mais rígidas para o combate a práticas irregulares que envolvam a comercialização de remédios em todo o país.

Comissão do São Francisco ouve professor da Ufal

A comissão especial que acompanha o projeto de revitalização do Rio São Francisco se reúne hoje, às 14h30, para ouvir a exposição do professor Arno Maschmann de Oliveira, do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e coordenador do projeto de estudos hidrodinâmico e sedimentológico do Baixo São Francisco.

Com sete meses de existência, a comissão realizou sete audiências públicas com representantes de órgãos governamentais e da soci-

idade. A falta de recursos para a revitalização do rio marcou a maior parte das discussões entre os integrantes da comissão, que alertaram para a possibilidade de inviabilização do projeto.

A primeira reunião da comissão realizou-se no dia 10 de outubro, quando Ney Suassuna (PMDB-PB) foi eleito presidente do colegiado. Com o licenciamento do senador para assumir o Ministério da Integração Nacional, a presidência ficou a cargo do senador Renan Calheiros (PMDB-AL). De-



Waldeck Ornélas deve apresentar relatório final sobre recuperação do rio até 15 de dezembro

signado relator da comissão, o senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) tem a incumbência de apresentar dois relatórios parciais e um final até 15 de dezembro deste ano.

CE examina regulamento para concessão de bolsas

Dois projetos sobre o benefício serão analisados hoje pela Comissão de Educação, que também discutirá a criação da TV do Exército

A concessão, pelo governo, de bolsas de estudo a estudantes de nível fundamental e médio será discutida hoje pela Comissão de Educação (CE). Os senadores vão analisar dois projetos que regulamentam a concessão do benefício – um proveniente da Câmara e outro de autoria do senador Edison Lobão (PFL-MA) – e estão tramitando conjuntamente.

O parecer do relator, senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), é contrário ao projeto de lei do Senado e favorável ao da Câmara. O texto estipula que as bolsas beneficiarão estudantes carentes não atendidos pela rede pública e cobrirão encargos cobrados por instituições de ensino comunitárias,



Maldaner é relator das propostas referentes à concessão de bolsas de estudo

confessionais e filantrópicas.

Também será examinado pela CE projeto de lei do senador Luiz Otávio (PPB-PA), com parecer favorável da relatora, Marluce Pinto (PMDB-RR), que altera a legislação sobre TV a cabo para incluir canal reservado ao Exército.

Entre os outros projetos em

pauta, estão os que prevêem a criação dos dias nacionais do Consumidor e da Juventude. Serão ainda analisadas propostas de alteração de nomes de obras públicas. A primeira, de autoria de Mauro Miranda (PMDB-GO), denomina Múcio Teixeira viaduto localizado no quilômetro 166 da rodovia BR-060. A segunda, de Romero Jucá (PSDB-RR), dá o nome de Olavo Brasil a ponte localizada em Bonfim (RR). E a terceira, proveniente da Câmara, intitula Engenheiro Emiliano Macieira trecho da rodovia BR-135 localizada em São Luís (MA).

Na mesma reunião, a comissão deverá examinar projeto de lei da Câmara que confere ao ex-governador Mário Covas a designação de patrono do turismo nacional.

Carlos Bezerra pede incentivo a cooperativa

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) pediu que o poder público federal, estadual e municipal fomente a ampliação das linhas de crédito direcionadas ao financiamento das cooperativas educacionais. Além de beneficiar milhares



Bezerra: cooperativas educacionais "levam conhecimento e cidadania"

de crianças e jovens de todo o país, disse, as cooperativas também oferecem condições de formar profissionais mais capacitados para o mercado de trabalho.

Segundo Carlos Bezerra, já é possível verificar o sucesso dos programas implantados, como as cooperativas formadas pelo Ban-

co do Brasil e por funcionários da empresa que desde 1992 vêm se espalhando por todo o país, "levando conhecimento e cidadania" para vários grupos da sociedade, afirmou.

Como exemplo, o senador citou depoimento do economista José Branisso, gerente-executivo de Negócios Agroindustriais e com Cooperativas do Banco do Brasil. Segundo o economista, "as cooperativas educacionais tornam transparentes para as comunidades os custos de se fazer educação com qualidade". E para os cooperados, acres-

centou, os custos têm sido "aproximadamente 30% menores, quando comparados com as mensalidades escolares das demais escolas privadas, apesar de se verificar uma remuneração aos professores das cooperativas educacionais 20% a 30% superior à das demais escolas".

Outro ganho trazido pelas cooperativas educacionais, na opinião do senador, é o fortalecimento da cidadania, uma vez que a própria sociedade assume a responsabilidade de agir em benefício da comunidade.

— A ação cooperativa, quando muitos se unem para organizar e implementar algo que será importante para muitos, é um dos profícuos meios para a obtenção de esplêndidas conquistas sociais.

Jucá ressalta estudo sobre gestão municipal

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) registrou a importância do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam), pelos estudos promovidos pela instituição. Ele referiu-se especificamente ao artigo "Administrando Cidades no Século XXI – Novos Desafios para a Capacitação", de autoria de Mila Freire, do Banco Mundial, que analisa a política urbana e ações de capacitação de gestores urba-

nos em curso no Brasil.

O artigo, observou Jucá, além de reconhecer a pobreza urbana como "um complexo e desalentador desafio" a ser enfrentado, também aponta os instrumentos de política urbana para lidar com o problema.

Romero Jucá citou alguns aspectos assinalados pela autora, como o impacto da globalização no processo de urbanização, a vi-

talidade econômica das cidades e a necessidade de competência administrativa e de melhorias na prestação de serviços para a população carente e na estrutura física dos bairros de baixa renda.

A autora, lembrou Jucá, também destaca a idéia de que a boa governança urbana é pré-requisito para que qualquer cidade seja competitiva e obtenha um nível adequado de qualidade de vida.

Tuma propõe a linguagem dos sinais na propaganda eleitoral

Projeto de lei apresentado pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP) torna obrigatória a tradução simultânea dos programas eleitorais para a linguagem oficial de sinais para deficientes auditivos. A proposta está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em decisão terminativa, ou seja, cabe ao colegiado dar a última palavra do Senado sobre o tema, a não ser que haja requerimento para que a matéria seja votada em Plenário.

Romeu Tuma argumenta que a propaganda na televisão constitui importante veículo de comunicação de candidatos e partidos políticos, pois permite ampla divulgação de seus programas e propostas, para conhecimento e tomada de decisão dos eleitores. Para os deficientes auditivos, no entanto, diz o senador, essas peças publicitárias nem sempre são inteligíveis, pois as imagens são



Deficientes auditivos têm direito de conhecer propostas dos candidatos, diz Tuma

Célio Azevedo

complementadas pela fala dos candidatos ou por textos falados que as substituem.

Para superar a dificuldade, muitos candidatos já vêm acrescentando a seus programas eleitorais mensagens em sinais para defici-

entes auditivos. A iniciativa, na opinião de Tuma, deve se tornar obrigatória, em consonância com os dispositivos da Constituição que exigem do Estado o estabelecimento de medidas de proteção e garantia de exercício da cidadania às pessoas portadoras de deficiência, de qualquer idade.

Ainda na justificativa da proposta, Romeu Tuma ressalta que a Constituição estabelece que é competência comum da União, estados, Distrito Federal e municípios cuidar da proteção e garantir a integração social das pessoas portadoras de deficiência.

Lauro: trabalhador que cuida de deficiente deve ter benefício

Projeto de lei apresentado pelo senador Lauro Campos (PDT-DF) garante ao trabalhador horário especial ou redução da jornada de trabalho se ele for responsável por pessoa deficiente física ou mental. Nesses casos, a empresa não poderá reduzir sua remuneração, mas ao mesmo tempo ficará isenta de recolher contribuição junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) referente às horas não trabalhadas.

O senador observa que o benefício já existe para os servidores públicos e é justo estendê-lo aos outros trabalhadores. O projeto estabelece que a mudança de horário de trabalho ou a redução da jornada só será concedida quando a empresa tiver mais de dez empregados. O trabalhador deverá apresentar laudo médico indicando o tipo e o grau da deficiên-



Lauro Campos: mudança na CLT não causará prejuízo para as empresas

Rosevelt Pinheiro

cia e o estágio da doença que exija tratamento continuado. Esse laudo também informará quantas horas o responsável pelo doente precisará ficar afastado do trabalho.

Conforme Lauro Campos, a medicina reconhece que

a supervisão direta e o carinho de parentes são formas eficientes para recuperação de deficientes. Ele sustenta que a mudança na CLT não irá gerar prejuízos para as empresas, por ser pequeno o número de trabalhadores cujos dependentes com doenças crônicas demandam acompanhamento diário por exigência médica.

O projeto será votado em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), ou seja, poderá ser enviado diretamente ao exame dos deputados caso aprovado, exceto se houver pedido para sua votação no Plenário.



Jane de Araújo

Base econômica do município, amianto vem sendo banido em vários países, disse Mauro

Mauro: Minaçu procura saída para economia

Ao reportar-se à comemoração do 26º aniversário de Minaçu, cidade goiana de 40 mil habitantes, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) congratulou seus habitantes e manifestou preocupação com o fato de a exploração do amianto, que “se confunde com a própria criação e o desenvolvimento do município”, estar ameaçada, porque o mineral vem sendo banido em vários países e também em alguns estados brasileiros, por supostamente provocar doenças, entre elas o câncer.

Mauro disse que a população da localidade passa por momentos de grande expectativa em função das mudanças no mercado do produto. Para superar essas dificuldades, ele propôs que as autoridades do extremo norte de Goiás invistam em Minaçu.

— O município, onde fica a maior mina desse mineral no país, cresceu impulsionado pela exploração do amianto e tem reservas suficientes para extraí-lo por mais 60 anos, mas tem também outros minérios, como o berilo, o calcário, o níquel, o zinco, o estanho, a grafita, significativa produção agropecuária e um promissor atrativo turístico. Possui sobretudo uma infra-estrutura invejável para o seu tamanho, com cerca de 12 mil crianças na escola, boas condições de moradia, aeroporto e bom sistema viário — ressaltou ele.

Empregado na fabricação de telhas e caixas d'água, na indústria de autopeças e de vestuário resistente ao fogo, o amianto, afirmou Mauro, atravessa um momento de depressão no mercado mundial. Em Minaçu, a mineradora Sama, proprietária das jazidas locais, chegou a empregar 3 mil pessoas, hoje reduzidas a apenas algumas centenas. Mas a nova situação, disse ele, pode representar duro golpe na renda de grande parte dos seus moradores, refletindo negativamente também na arrecadação.

Mozarildo cobra esclarecimentos sobre coleta de sangue índio por estrangeiro

Em requerimento ao ministro da Justiça, senador cita denúncia veiculada pela Rede Globo informando que amostras retiradas de ianomâmis se encontram em universidades americanas

Com base em denúncia veiculada pela TV Globo no programa *Fantástico*, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) apresentou ontem requerimento dirigido ao ministro da Justiça, Miguel Reale Júnior, solicitando informações sobre coleta de sangue de índios ianomâmis por pesquisadores estrangeiros. Segundo o senador, amostras do sangue recolhido em aldeias brasileiras e venezuelanas encontram-se nas universidades de Michigan, Estadual da Pensilvânia e de Emory, e nos institutos nacionais do Câncer e da Saúde.

Mozarildo informou que os líderes Davi Kopenawa e Toto Yanomami, da região de Toototobi (Amazonas), além da representante da Comissão Pró-Yanomami, Jô Cardoso de Oliveira, foram convidados pela Universidade de Cornell (NY) para participar de um seminário em que se discutiu a questão da ética na pesquisa biomédica e antropológica junto ao povo ianomâmi. Em Wa-

shington, prosseguiu o senador, eles mantiveram contato com o Indian Law Resource Center (ILRC), organização não-governamental que dá apoio jurídico aos povos indígenas, onde examinaram a possibilidade de iniciar uma ação judicial para a devolução das amostras de sangue e do material genético resultante dessas amostras.

— É estarrecedor o desgoverno em relação à Amazônia. Se fazem isso com os nossos índios, o que não estarão fazendo com as riquezas que estão nas terras indígenas? Não é possível que o Brasil seja uma terra de ninguém — comentou.

Segundo Mozarildo, o contrabando de minério, a manipulação genética, a biopirataria e o narcotráfico promovem a fragmentação da Ama-



Roosevelt Pinheiro

Mozarildo também se reportou a contrabando de minério e narcotráfico

zônia, como foi feito com a Amazônia colombiana. Para exemplificar, ele citou outras denúncias veiculadas pela imprensa, como o contrabando de diamantes retirados da reserva indígena dos Cinta Larga, em Rondônia, descoberto após a prisão de três israelenses que compravam, lapidavam e remetiam ilegalmente os diamantes para o exterior.

Outra denúncia citada por Mozarildo Cavalcanti, publicada pela revista *Época* desta semana, aponta os Rios Ica e Japurá, no Amazonas, como a “hidrovia do pó”, após apreensão em Tefé, pela Polícia Federal, de 62 quilos de cocaína fornecidos a traficantes brasileiros pelo comandante Rafael Oyola Zapata, principal líder das Forças Armadas Revolu-

cionárias da Colômbia (Farc). CIMI

Mozarildo apresentou ainda documento encaminhado ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, e ao presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves, pela Federação dos Índios do Brasil, que solicita investigação da campanha feita pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), chamada “Terra sem Males”. No documento, a federação afirma que a campanha vem arrecadando recursos por meio de “doações” para financiar a aprovação do Estatuto do Índio.

De acordo com o documento, o Cimi e a CNBB estão utilizando imagens de índios sem a autorização deles e não informam qual é o Estatuto do Índio que pretendem aprovar, induzindo pessoas a apoiar um estatuto que é nocivo aos interesses dos índios.

Lafer e Sardemberg debatem no Senado Protocolo de Kyoto

Por iniciativa do senador Tião Viana (PT-AC), a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) realiza audiência pública hoje, a partir das 17h, para avaliar e discutir o projeto de decreto legislativo do Senado que aprova o texto do Protocolo de Kyoto. O debate será em tor-



José Cruz

Tião Viana é autor do requerimento que resultou na audiência pública

no do acordo firmado durante a Terceira Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, ocorrida no Japão, em dezembro de 1997.

Participarão da audiência o ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, o ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardemberg, o relator da matéria na Câmara dos Deputados, Fernando Gabeira (PT-RJ), e os representan-

tes do Fórum Nacional sobre Alterações Climáticas, Fábio Feldman, entre outros convidados.

Na semana passada, a senadora Marina Silva (PT-AC) fez apelo ao Senado para que fosse acelerada a ratificação do Protocolo de Kyoto, que estabelece

mecanismos para estabilizar a concentração de gases do efeito estufa na atmosfera e, desse modo, diminuir as alterações no sistema climático mundial. Na opinião da senadora, o Brasil deve assumir o compromisso de “chegar com o dever de casa pronto” à Rio + 10, conferência que vai retomar as discussões sobre meio ambiente desenvolvidas na Eco-92, e que será realizada em setembro, em Johannesburg, na África do Sul.

Para Jucá, atuação da Funai é fiel a princípios constitucionais

O trabalho desenvolvido pela Fundação Nacional do Índio (Funai) foi enaltecido pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR), que observou ser a instituição fiel executora dos princípios contidos na Constituição de 1988, dedicando-se à preservação cultural dos povos indígenas, à promoção da educação básica e à



Roosevelt Pinheiro

Segundo Jucá, trabalho da entidade é reconhecido no exterior

proteção das terras por eles tradicionalmente ocupadas.

A luta da Funai contra ações predatórias de garimpeiros, posseiros e madeireiros nas terras indígenas, que, notou, colocam em risco a vida e a preservação dos povos, também mereceu aplausos de Jucá.

— A atuação da Fundação Nacional do Índio ao longo dos anos já vem sendo reconhecida até por organismos internacionais — disse.

Jucá destacou alguns projetos desenvolvidos pela Funai, como

o Programa Piloto para Conservação das Florestas Tropicais do Brasil — o PPG7 —, iniciado em 1990 após decisão do chamado Grupo dos Sete, formado pela Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido.

— Tendo sempre por meta o desenvolvimento sustentável e a preservação cultural dos povos indígenas, a Funai implementa, ainda, diversos outros projetos, como o Krahô, que tem por objetivo aprimorar atividades agrícolas de reduzido impacto ambiental, além de garantir a sobrevivência alimentar das aldeias, e o Projeto Tucum, no qual a Funai e instituições públicas de Mato Grosso unem-se para formar e capacitar professores para atuarem junto às diversas comunidades indígenas no estado — afirmou.

Osmar sugere ação na OMC contra Estados Unidos

Na opinião do senador paranaense, “em vez de bravatas e ações isoladas”, a diplomacia brasileira deve recorrer à Organização Mundial do Comércio para barrar os subsídios concedidos aos produtores agrícolas norte-americanos

O Brasil deve impetrar ação na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra os subsídios concedidos pelo governo dos Estados Unidos aos produtores agrícolas daquele país, defendeu ontem o senador Osmar Dias (PDT-PR), salientando que a política americana contraria os acordos firmados na Rodada Uruguai da OMC, que impedem novos subsídios até 2003. A medida do governo norte-americano poderá trazer prejuízos da ordem de US\$ 1 bilhão aos produtores brasileiros, assinalou o senador.

– Em vez de bravatas e ações isoladas, a diplomacia brasileira deve



Osmar Dias alerta: “Corremos o risco de perder US\$ 1 bilhão”

entrar com ação na OMC. Uma ação do governo brasileiro teria respaldo legal e popular – frisou.

Para Osmar Dias, os subsídios e uma política externa tímida do Brasil comprometem a meta traçada pelo presidente Fernando Henrique

de, ao final de seu mandato, alcançar US\$ 100 bilhões em exportações. No último ano, o país exportou apenas US\$ 58 bilhões, o que, na avaliação do senador, compromete a inserção no mercado formal dos 54% dos trabalhadores brasileiros que não têm carteira assinada.

– Corremos o risco de perder US\$ 1 bilhão e estamos jogando fora a meta de exportação e de crescimento econômico, além de comprometer o próximo governo – acentuou.

O senador acredita que há uma política determinada dos países ricos para impedir o desenvolvimento dos chamados países do Terceiro Mundo, o que seria comprovado por dados indicando que os Estados Unidos, a União Européia e os Tigres Asiáticos destinam cerca de US\$ 1 bilhão por dia em subsídios

aos produtores locais.

– Se todos os subsídios fossem retirados, os países em desenvolvimento teriam US\$ 35 bilhões a mais somente em produtos agrícolas – disse Osmar Dias.

O senador criticou ainda a política externa isolacionista do governo norte-americano, cujo exemplo mais claro estaria na recusa em assinar o Protocolo de Kyoto, que impõe a redução à metade, até 2004, dos níveis de emissão de gases poluentes – os Estados Unidos são responsáveis por 40% de toda a emissão global.

Em aparte, o senador Lindberg Cury (PFL-DF) apelou para que o governo brasileiro defenda junto à OMC a garantia da redução paulatina dos subsídios conferidos pelos países ricos aos seus produtos.



Lindberg Cury: sem desenvolvimento, desemprego e drogas continuarão a crescer

Lindberg defende implantação de indústrias no DF

O senador Lindberg Cury (PFL-DF) apelou aos candidatos à Presidência da República, ontem, para que façam “uma concentração de propósitos” no sentido de incluir em seus programas de governo a criação de indústrias no Distrito Federal. Esta seria a maneira mais eficaz de combater o desemprego em Brasília, cujos índices, segundo ele, estão por volta de 17%, ou seja, cerca de 200 mil desempregados.

De acordo com Lindberg, “é preciso repensar Brasília”, cujo projeto inicial previa 500 mil habitantes no ano 2000. No entanto, afirmou, esse número hoje ultrapassa os 2 milhões e, se forem incluídas as cidades do entorno, a população do Distrito Federal atinge 3,5 milhões de habitantes.

– O crescimento populacional tem sido responsável por uma pressão cada vez mais forte sobre os serviços de saúde, educação, moradia e, principalmente, emprego. Para absorver essa demanda, os novos governantes terão de investir no desenvolvimento do DF, caso contrário o desemprego e as drogas continuarão a crescer – alertou.

Em aparte, o senador Francisco Escórcio (PMDB-MA) apoiou Lindberg, acrescentando que, em debate com estudantes da Faculdade Euroamericana, discutiu a viabilidade da criação do estado do Planalto Central. De acordo com o senador, considerando-se o número atual de habitantes da região geoeconômica, o orçamento do DF teria de ser multiplicado por sete.



Amir Lando destaca urgência dos recursos para as estradas de Rondônia

Lando pede verbas para rodovias de Rondônia

O senador Amir Lando (PMDB-RO) informou, durante visita ao município de Rolim de Moura (Zona da Mata de Rondônia), que o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) deverá se empenhar pela liberação de R\$ 8 milhões destinados ao asfaltamento do trecho Presidente Médici-Alvorada do Oeste da rodovia BR-429, que liga a BR-364 (Cuiabá-Porto Velho-Rio Branco) ao Vale do Guaporé (entre o Pantanal Mato-Grossense e a Amazônia).

Amir disse que representantes da autarquia, que substituiu o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), garantiram-lhe outra verba de R\$ 1 milhão para ser aplicada na recuperação e na conservação de trechos críticos dessa estrada, entre Presidente Médici e Costa Marques, em Rondônia. Os dois pedidos são de extrema urgência, justificou.

Reforma tributária é prioridade, diz Jefferson

Ao salientar que o Brasil possui uma carga excessiva de impostos, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou que o acúmulo de distorções tributárias está esmagando a classe média e os trabalhadores brasileiros e paralisando o setor produtivo do país. O senador citou estudo da consultoria Price Waterhouse Coopers, divulgado há duas semanas, segundo o qual nos últimos três anos a carga tributária aumentou cerca de 10%. Jefferson cobrou prioridade para a reforma tributária aos pré-candidatos à Presidência da República, caso contrário “não haverá amanhã para o Brasil”.

Na visão do senador, os impostos sobre o consumo, embutidos nos preços dos produtos e serviços, são os que mais oneram o bolso do contribuinte, com a perversa característica adicional da falta de transparência. Assim, explicou, tributos como a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) abocanham até 18% da renda bruta das famílias pesquisadas, contra 16% em 1999, de acordo com a empresa de consul-

toria.

Ainda de acordo com a pesquisa da Price Waterhouse Coopers, enquanto nos Estados Unidos a tributação do consumo representa 16,4% e o Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) 40,7% da arrecadação total, no Brasil o consumo corresponde a mais de 44% da taxa, enquanto o IRPF não passa de cerca de 13%.

Jefferson observou que nos Estados Unidos, no Japão e nos países da União Européia os alvos prioritários de taxa são a renda e o patrimônio – e não a produção e o consumo –, pois esses dois últimos são fatores de geração de empregos e crescimento. Tributá-los excessivamente, enfatizou o senador, equivale a impor ônus desproporcional às classes menos favorecidas.

ESGOTAMENTO

O predomínio dos impostos indiretos e em cascata, como a CPMF, a Cofins e a contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) atestam, na opinião de Jefferson, o caráter pouco transparente e nada democrático do sistema tributário do país.

– A experiência internacional



Jefferson Péres chama atenção dos presidenciáveis para situação tributária do país

já deu provas sobejas de que taxar pesadamente o consumo significa sufocar a produção a médio e longo prazos. Embora os níveis de arrecadação se mostrem a princípio elevados, com o tempo matam a galinha dos ovos de ouro e destroem as perspectivas de crescimento da economia em bases sustentáveis – disse.

O modelo vigente, caracterizado por altas taxas de juros, iniquidade tributária e arrocho fiscal, de acordo com o senador já dá claros sinais de esgotamento, verificados na perversa irracionalidade dos elevados índices de desemprego e da contração dos rendimentos reais do trabalho, que desde 1999 caíram 10,6%, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



José Cruz

Parcelamento da devolução não acarretará novas despesas, diz Amaral

Pagamento de férias pode ter novas regras

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) propõe uma nova sistemática de devolução da remuneração de férias paga antecipadamente aos funcionários públicos federais civis. Pelo projeto do parlamentar, o pagamento antecipado referente às férias dos servidores passará a ser descontado em dez parcelas mensais e consecutivas, sem incidência de quaisquer juros ou acréscimos. Segundo informou o parlamentar, seu projeto tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De acordo com o senador, sua proposta resolve um problema dos servidores públicos, pois a antecipação resulta em um mês posterior sem recebimento de salários, e não implica maiores gastos para a administração pública federal.

Como o período de descanso remunerado dos servidores públicos coincide frequentemente com as férias escolares, o retorno ao trabalho ocorre na época de gastos com material escolar e de pagamento de diversos impostos.

Ainda segundo Valmir Amaral, sua proposta já é realidade em algumas empresas estatais.

— Essa prática, já comum em diversas empresas estatais, não viria a constituir despesa pública, não incorrendo a sua implementação em qualquer impedimento legal e constitucional. Seria necessária, tão somente, uma programação adequada de receita e de desembolso financeiro por parte dos órgãos públicos envolvidos — defendeu.

Lobão vai propor ao PFL que reveja posição sobre CPMF

Ele deve discutir o assunto ainda hoje em encontros com o presidente licenciado do partido, Jorge Bornhausen, e o líder na Casa, José Agripino

O senador Edison Lobão (MA), vice-líder do PFL, anunciou ontem em entrevista à imprensa que pretende propor aos dirigentes do partido que reúnam sua Executiva amanhã para rever a posição do PFL sobre a tramitação da emenda constitucional que prorroga a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Ele informou que pretende manifestar esta posição em encontros que terá hoje com o presidente licenciado do PFL, Jorge Bornhausen (SC), e com o vice-presidente e líder do partido no Senado, José Agripino (RN).

Lobão afirmou que, se o governo sustenta que a falta da cobrança da CPMF “está ficando delicada”, o PFL não pode ser responsabilizado pelos atrasos na vota-



Geraldo Magela

Edison Lobão diz que pefelistas não podem ser responsabilizados por atraso na votação da matéria

ção da emenda constitucional. A executiva do PFL decidiu no mês passado que os senadores do partido votariam a favor da prorrogação da CPMF, mas não concordariam com um pedido de urgência para apreciação da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e no Plenário do Senado. A matéria se encontra na CCJ e seu presidente, senador Bernardo Cabral (AM), foi escolhido relator do projeto.

— Assumo a responsabilidade de pedir uma rediscussão do assunto. Se a Executiva do PFL concordar com minhas ponderações, podemos sugerir ao senador Bernardo Cabral que realize reuniões extraordinárias, nesta quinta-feira ou na próxima terça, para apresentar seu parecer — afirmou Edison Lobão.

Logo após sua escolha para a relatoria, Bernardo Cabral previu que a CCJ poderá votar o projeto “até o dia 29” deste mês. Ele reivindicou os 15 dias regimentais para examinar a matéria e as emendas que vem recebendo, enquanto outros 15 dias seriam destinados à votação. A seguir, a matéria será examinada pelo Plenário, onde também deverá ser apresentado o parecer da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Para entrar em vigor, a emenda deve ser votada em dois turnos no Plenário — o primeiro após cinco sessões de discussão e o segundo, após três sessões.

Melo rejeita a votação só em setembro

O líder do PSDB no Senado, Geraldo Melo (RN), taxou como “irresponsabilidade” uma possível votação da prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) pelo Plenário do Senado “apenas em setembro”. Um estudo encomendado pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ), líder do governo, prevê que o cumprimento à risca dos prazos regimentais faria com que a votação da CPMF só terminasse naquele mês.

— Quem está usando a CPMF como trunfo para valorizar posições políticas ou partidárias não está dando a mínima para as conseqüências disso na vida das pessoas mais pobres — opinou. Geraldo Melo lembrou que o dinheiro da CPMF, que deixará de ser arrecadada no dia 16 de junho, financia o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, além de bancar gastos com a saúde e a Previdência Social.

Geraldo Melo observou que to-



José Cruz

Geraldo Melo defendeu sua emenda que reduz a 30 dias carência para cobrança da CPMF

dos aqueles que “não colaboram para acelerar a votação da CPMF estão contribuindo, conscientemente ou não, para causar grandes prejuízos aos beneficiários” dos programas sociais do governo. Ele disse confiar no espírito público do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), relator da CPMF na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). “Se há uma pessoa que pode romper com um processo pouco responsável no trata-

mento deste assunto, ela é o senador Bernardo Cabral.”

Melo defendeu a aprovação de sua emenda constitucional que reduz de 90 para 30 dias o prazo de carência para cobrança de uma contribuição instituída ou prorrogada. “É imperativa a redução da noventena para que o prejuízo já causado pela suspensão da CPMF seja reduzido”, afirmou. Caso sua proposta de emenda não seja aprovada, o líder do PSDB calcula que o prejuízo para os cofres federais com a suspensão da contribuição já estaria em R\$ 3,6 bilhões. Estudo do governo indica que cada semana sem cobrança da CPMF diminui a receita federal em cerca de R\$ 410 milhões.

A proposta de emenda constitucional em exame pela CCJ já foi votada pelos deputados. Ela prorroga a alíquota em 0,38% até 31 de dezembro de 2003. De 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2004, a alíquota será de 0,08% e o dinheiro se destinará exclusivamente ao Fundo de Combate à Pobreza.



Célio Azevedo

Para Alcântara, trabalho do Sesc fortalece democracia, justiça social e desenvolvimento

Atuação do Sesc é elogiada por Lúcio Alcântara

O Serviço Social do Comércio (Sesc) é uma entidade dinâmica e sempre contribuiu para o fortalecimento da cidadania, da democracia, da justiça social e do pleno desenvolvimento, disse, em pronunciamento, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Ele destacou que o Sesc, fundado em 1946, continua a executar ações voltadas para o bem-estar social dos que trabalham no setor de comércio e de serviços, bem como de seus familiares, principalmente nas áreas de saúde, alimentação, esporte, cultura e lazer.

Alcântara registrou que o Sesc — departamento de São Paulo — recebeu o prêmio Unesco/2001 de Cultura pelo conjunto de ações e pelo alcance social de suas atividades. Na opinião do senador, a homenagem foi justa e deixa claro que o Sesc vem cumprindo à risca as suas atribuições constitucionais.

Tomando por base o relatório anual do Sesc/SP relativo a 2001, Alcântara observou que os números chegam a impressionar. Ele citou como exemplos o fato de, no ano passado, o Programa Saúde ter alcançado a marca de quase 8 milhões e 800 mil atendimentos e o envolvimento de 926 mil pessoas em cursos, seminários, palestras, feiras, exposições e campanhas relativas ao setor.

O senador destacou ainda o crescimento das matrículas no Sesc, que atingiram, em 2001, 960 mil, correspondendo, em relação ao ano anterior, a um acréscimo de 23% de ingresso de comerciantes.

— E o que dizer do Programa Assistência? Foram nada menos do que 21,1 milhões de atendimentos, com destaque para o Programa Mesa Sesc, que proporcionou a complementação de mais de 8 milhões e 200 mil refeições — concluiu Alcântara.

Eduardo pede mudança no regulamento da Fórmula-1

Senador quer evitar situações como a do último domingo, quando a Ferrari determinou que Barrichello cedesse a vitória para Schumacher

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) pediu ontem uma revisão no regulamento do Campeonato Mundial de Pilotos de Fórmula-1, de forma a evitar manobras como a do domingo, quando o piloto brasileiro Rubens Barrichello, após liderar praticamente todo o Grande Prêmio da Áustria, cedeu a vitória a seu companheiro na equipe Ferrari, o alemão Michael Schumacher, seguindo uma orientação do comando da escuderia.

— Ontem era o Dia das Mães e nossa pátria mãe gentil desmereceu um belo presente — afirmou.

O representante do Tocantins teme que “a cena triste” vista no circuito de Zeltweg leve os brasileiros a não mais assistirem às transmissões das corridas de Fórmula-1. Ele comentou ter assistido à torcida vaiar, reprovar e não aceitar a decisão da Ferrari “logo



“Cena triste” do domingo foi uma grande decepção para os brasileiros, diz Eduardo

quando o nosso brasileiro, a quem atribuímos uma falta de sorte imensa”, seria o vitorioso.

— Esta Casa representa os estados. Quero fazer reproduzir no Plenário o sentimento de revolta do povo brasileiro. Qual brasileiro vai querer novamente assistir a um espetáculo daqueles? — indagou o parlamentar.

Eduardo, afirmando que não opinaria sobre o comportamento

ético de Barrichello, disse que o piloto brasileiro demonstrou ser um profissional respeitador dos que o contratam, mas que, fosse ele no cockpit de Barrichello, não aceitaria a decisão da Ferrari.

O senador citou a atuação internacional do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, que, segundo ele, melhorou a imagem do país no cenário internacional, ao determinar embates na Organização Mundial do Comércio (OMC), a quebra de patentes de medicamentos e ao implantar o principal programa mundial para o tratamento da Aids. E homenageou a “condução firme” com que Fernando Henrique tem dirigido o país, citando ainda o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o presidente do Banco Central, Arminio Fraga.

Em aparte, o senador Lindberg Cury (PFL-DF) afirmou que “houve uma revolta muito grande” com a corrida de Fórmula-1 e que a decisão da direção da Ferrari foi “um grande golpe contra o Brasil”.

Patrocínio manifesta confiança na Seleção Brasileira de futebol

O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) manifestou ontem sua esperança de que a Seleção Brasileira de futebol tenha êxito em sua campanha na Copa do Mundo, trazendo para o país o título de pentacampeão, que a população tanto deseja, e levando o futebol brasileiro de volta ao topo do ranking desse esporte. O senador garantiu ter confiança no técnico, Luiz Felipe Scolari, e nos jogadores selecionados.

Para Patrocínio, a grande importância que os 170 milhões de brasileiros dão ao futebol, em especial à Seleção e à Copa do Mundo, ficou patente em 1970, quando o país vivia uma ditadura militar e momentos de intranquilidade. “A conquista



Patrocínio acredita no êxito de técnico e jogadores na conquista do pentacampeonato

do tricampeonato trouxe um período de calma que fez bem ao Brasil e ao seu povo”, afirmou.

O senador protestou contra a decisão da escuderia Ferrari de obrigar o piloto brasileiro Rubens

Barrichello a ceder a vitória ao seu companheiro Michael Schumacher no Grande Prêmio da Áustria. “É uma vergonha ver a Ferrari colocar em risco sua tradição de 60 anos, com uma atitude que fere a ética e a esportividade. Espero que a Federação Internacional de Automobilismo decida aplicar-lhe uma punição exemplar”, declarou.

Os motivos que levaram Rubinho a obedecer são compreensíveis, afirmou o senador, uma vez que essa obrigação faz parte das cláusulas de seu contrato. Mas, para Carlos Patrocínio, o mundo estará perdido se as várias atividades humanas só forem submetidas ao mero respeito aos ditames dos interesses econômicos e financeiros.

Mozarildo alerta para a precariedade do saneamento

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) fez um alerta às autoridades do governo para os dados sobre saneamento básico do Censo do IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Segundo ele, a pesquisa revela que apenas 52% dos municípios dispõem de esgoto sanitário e a rede coletora só chega a um terço das habitações. A água encanada, continuou, já existe em 98% dos mais de 5,5 mil municípios, mas a rede chega a somente 64% das casas.

— Porém, um aspecto constrangedor e que deveria cobrir de vergonha esta nação tão rica se refere ao fato de que a pesquisa detectou que milhares de pessoas sobrevivem daquilo que recolhem nos lixões. Mas o que deve comover até mesmo os corações mais empedernidos é que, entre os catadores, estão grande número de crianças com idade inferior a 14 anos — acentuou.

Mozarildo ainda citou dados de outras fontes, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), que relaciona à falta de rede de esgoto algumas doenças infecciosas e parasitárias que atingem os brasileiros. Ele acrescentou que relatório do Centro Panamericano de Engenharia Sanitária e Ciências do Ambiente (Cepis), da OMS, mostra que bactérias, vírus e parasitas encontrados em águas contaminadas são os maiores responsáveis pelos casos de diarreia, enterite, hepatite e esquistossomose.

— Até os cinco anos de idade, 21,1% das mortes de crianças brasileiras são causadas por doenças infecciosas e parasitárias — disse.

Mozarildo sugeriu que os administradores públicos prestem mais atenção na distribuição de redes de água e esgotos. Segundo ele, está comprovado que investimentos em ações preventivas melhoraram a relação custo/benefício dos recursos públicos.

Hartung propõe nome de Sérgio Ceotto para ponte em Colatina

Projeto de lei apresentado por Paulo Hartung (PSB-ES) propõe dar o nome de Sérgio Ceotto à ponte sobre o Rio Doce na BR-259, no município de Colatina (ES). O homenageado, conforme o senador, teve destaque por sua atuação política no



Para Hartung, Sérgio Ceotto é exemplo de luta pela democratização do país

processo de luta pela democratização do país, em especial no Espírito Santo, sendo um referencial na política capixaba para os que lutavam pela humanização da atuação governamental, pela conduta ética na política, pelo desapego a cargos e pelo confronto de idéias.

A proposta está tramitando em decisão terminativa na Comissão de Educação (CE), que dará a última palavra do Senado sobre o assunto, a não ser que haja requerimento para que a matéria seja votada em Plenário.

Nascido em Castelo, em 1943, Sérgio Ceotto adotou Colatina como sua cidade, onde desenvolveu carreira de médico e entrou

para a vida política fundando o MDB daquela cidade na década de 70, informou Hartung na justificativa do seu projeto. Sérgio Ceotto foi também secretário estadual de Interior, de Transportes e Obras do governo e da Casa Civil.

Entre suas bandeiras políticas, Ceotto defendeu a posição estratégica do Rio Doce e a necessidade de outras alternativas ao eixo rodoviário que liga o norte do Espírito Santo ao nordeste de Minas Gerais. Com sua antevisão já defendia que a ponte Florentino Avidos, originalmente destinada ao tráfego ferroviário, em 1928, e posteriormente adaptada ao tráfego rodoviário, em 1950, não suportaria o aumento do fluxo de veículos, o que de fato aconteceu, impulsionando a construção da variante da BR-259. Além dessas razões, Hartung ressaltou que Ceotto foi um dos responsáveis pelo início das obras da ponte.